

Problemas actuais (nacionais)

Por Rogério Fernandes Ferreira

Poucos portugueses se empenharam em criar um País mais justo e melhor para todos. Os nossos políticos dos últimos 30 anos não sensibilizaram os concidadãos para deveres, nomeadamente para consumirem compativelmente com o produzido. Delapidam-se recursos e paira no ar o frenesim de ganhos e aproveitamentos rápidos. Assim sendo, é cada vez mais difícil extinguir os muitos défices “estruturais” que atingem o País.



Rogério Fernandes Ferreira
Professor catedrático jubilado
pelo ISEG
Economista
Advogado

Presentemente, discutem-se problemas da crise internacional. Havemos de escrever sobre isso, mas primeiramente queremos focar problemas nacionais. Observamos que, no pós-25 de Abril, se processaram mudanças estruturais em concomitância com o estatuído na Constituição da República de 1976. Enunciaram-se declarações de princípios e consagraram-se direitos que se aplaude, aplicados a população diversa, ricos e pobres, instruídos e incultos, religiosos e não. Perante a lei, *a priori*, não se diferenciam cidadãos. Não há catalogação prévia, todos os cidadãos são iguais perante a lei. Ocorrendo actos ilegais há que apurar culpados, mas até ao trânsito em julgado da sentença de condenação há presunção de inocência. Porém, se há prática ilícita e o delinquente é apanhado em flagrante delito haverá casos justificados de prisão preventiva.

As mudanças de regime político e de práticas económicas e sociais geraram reduções de tempos de trabalho, aumentos de períodos de férias, concessões de reformas para mais baixos limites (casos de 55 e 60 anos), inclusive a favor de pessoas que para o efeito pouco terão descontado. Houve abusivos exemplos, notáveis os casos dos agentes de órgãos políticos e dos gestores das empresas públicas e da banca. Os administradores da banca auferem ordenados astronómicos, reformas vultosas e indemnizações ao fim de poucos anos de mandato, ainda que de mau mandato. Foi-se, assim, gerando endividamento, défices públicos, pouco crescimento real *do PIB*, etc. Não se deve culpar de tudo isto apenas os governantes. Poucos portugueses se empenharam em criar um País mais justo e melhor para todos. Os nossos políticos dos últimos 30 anos não terão sensibilizado os concidadãos para deveres, nomeadamente para consumirem compativelmente com o produzido.





Houve também certa ausência de contemplação dos recursos existentes. Os registos de contabilidade nacional não mostravam, em geral, os excessos de consumo global do País em relação ao produzido. E as concessões excessivas de remunerações e regalias, acima do que, globalmente, se produz ou se merece não sofreram objecções. Foi um faltar vilanagem. Os gastos públicos cresceram desmesuradamente.

Eis, no exposto, causas reais de défices ocorridos. E continuam a ocorrer fenómenos desagregadores - insegurança, mal-estar, mau funcionamento de tribunais, escolas, hospitais, transportes e mais serviços de interesse colectivo. Em suma: má gestão, crise na ambiência política, falha de democraticidade, corrupção.

Não se augura que a situação do País possa facilmente melhorar. Os indicadores económicos tradicionalmente utilizados são mera referência e não explicação. Aliás, mesmo que o PIB se apresente quantitativamente pouco elevado, qualitativamente ainda está menos. ⁽¹⁾ Além da fraca evolução do PIB, a riqueza continuou a esvaír-se, a deslocalizar-se. Os fundos clandestinamente saídos do País não engrossam as estatísticas pelo que haverá volume desconhecido de capitais fora do País ⁽²⁾, donde o endividamento nacional estar inexacto. Há cidadãos residentes em Portugal e sociedades portuguesas que escondem valores fora do País.

Comportamentos de muitos cidadãos afastaram-se das actuações tradicionais ditas nacionalistas,

Não se augura que a situação do País possa facilmente melhorar. Os indicadores económicos tradicionalmente utilizados são mera referência e não explicação. Aliás, mesmo que o PIB se apresente quantitativamente pouco elevado, qualitativamente ainda está menos. Além da fraca evolução do PIB, a riqueza continuou a esvaír-se, a deslocalizar-se.



aderentes a exortações ao bem-comum, amor à Pátria, solidariedade, valores de honra, etc.

Portugal integrou-se na globalização e daí surgirem visíveis vantagens. No entanto, continua a deparar-se com deficiências estruturais. Há quem não coopere na solução dos problemas nacionais. São, entre si, adversários políticos e acima de tudo buscam seus interesses pessoais, do seu grupo e do seu partido, esquecendo o País e até o Mundo. Um exemplo está no pouco civismo ou no egoísmo com que são encarados temas gerais, por exemplo ambiente/poluição.

Pode concluir-se que uma regra é cada um amanho-se o melhor que conseguir. Delapidam-se recursos. Muitos, pouco ou nada contribuem para a produção, mas têm frenesim de ganhos e aproveitamentos, talvez convictos que qualquer dia não haverá nada para ninguém. Disso são indício os escândalos e as práticas de corrupção e ludíbrio de que a comunicação social vai dando notícias, no dia a dia. Entretanto, o País é apanhado também pela crise norte-americana e sucessivamente de demais países (é assunto para outro artigo).

Oxalá nos enganássemos e se extinguissem os muitos défices “estruturais” existentes, a má cidadania, os egoísmos exacerbados, as faltas de civismo e perdas de ética, dados os maus exemplos de muitos mentores e agentes políticos. ■

(Texto recebido pela CTOC em Maio de 2008)

⁽¹⁾ Este ponto foi examinado por nós noutra ocasião (aparece tratado em “Reincidências”, pág. 174 a 176, ed. de 2006).

⁽²⁾ Pelo referido seria bom alertar que ocorrendo muitos comportamentos omissivos, clandestinos, as estatísticas alarmantes que aparecem estarão algo afastadas do real. Basta pensar nos abusos relativos aos *offshores* dos bancos e de outras entidades “respeitáveis”.